

Quércia acha golpe mudar o regime agora

BERTO FERREIRA
Da Sucursal

São Paulo — A antecipação do plebiscito previsto para 1993 sobre a adoção ou não do parlamentarismo no Brasil significa um golpe nas instituições democráticas, segundo avaliação feita ontem pelo governador Orestes Quércia. “Eu entendo que o processo político é dinâmico, mas penso que devemos respeitar a Constituição e decidir sobre parlamentarismo apenas em 1993. Uma antecipação pode ser entendida como golpe; por isso, sou contra”, disse. Em função dessa análise, o governador descarta a idéia de que candidato derrotado a presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, possa vir a ser imediatamente o primeiro ministro. “Só se for em 1993 e se o parlamentarismo for aceito pela população”, acrescentou.

O governador também voltou a se esquivar sobre quem pretende apoiar no segundo turno da eleição presidencial. “O PMDB está fazendo uma ampla avaliação para tomar decisão só depois da proclamação dos resultados. A minha avaliação pessoal será feita dentro dos interesses do governo de São Paulo”, antecipou.

Assessores do governador indicam porém que Quércia está disposto a permanecer na condição de crítico do processo sem manifestar apoio a Collor de Mello ou a Lula, como forma de assegurar tranquilidade para o final de seu governo e tentar fazer o seu sucessor na eleição estadual de 1990. Segundo esses assessores, Quércia só aceitaria conceder um apoio formal caso o candidato do PDT, Leonel Brizola, fosse um dos dois na disputa do segundo turno.

Já o governador Álvaro Dias do Paraná afirmou ontem que é contra a implantação do parlamentarismo “por entender que sem um plebiscito seria uma traição ao povo brasileiro no sentido de trocar o presidencialismo pelo parlamentarismo sem consultar a Nação”. Dias lembrou que uma mudança de regime agora “iria não só contra a Constituição, que prevê um plebiscito para votar o parlamentarismo só em 1993, como seria ilegítimo, já que o Congresso não teria esse poder para decidir em nome do povo”. Alvaro Dias acha que a única solução seria antecipar o plebiscito para o próximo ano “com toda a população participando das discussões”.